

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.885 - DF (2020/0072890-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
IMPETRANTE : WANDERLEY DE LELIS RABELO NETO
ADVOGADOS : PAULO AUGUSTO DE ARAUJO BOUDENS - DF044585
HEITOR DE AZEVEDO PICANÇO PERES NETO - AP003426
IMPETRADO : MINISTRO DA SAÚDE
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por WANDERLEY DE LELIS RABELO NETO contra ato do MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, consubstanciado no Edital 05, de 11 de março de 2020, mediante o qual foram abertas as inscrições para o Projeto Mais Médico, considerando as Declarações de Emergência em Saúde Pública para a contingência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Informa o impetrante (médico, brasileiro, com diploma reconhecido na Ucrânia e residente no Brasil) que tem o direito líquido e certo de participar do processo seletivo do referido Programa, instituído pela Lei 12.871/2013.

Entretanto, aduz que o Edital de convocação mencionado suprimiu a garantia assegurada aos médicos formados em instituição de educação superior estrangeiras, por meio de intercâmbio médico internacional, de participar do aludido Programa, em flagrante desrespeito ao disposto no art. 13 da Lei 13.871/2013.

Afirma que, no momento da apresentação do presente *mandamus*, encontravam-se abertas as inscrições para o projeto denominado Mais Médicos, mas, como o prazo se encerrou no dia 22/03/2020, o único caminho viável para garantir o seu direito líquido e certo mostrou-se ser o presente *writ*.

Requer, ao final, o deferimento da liminar pretendida, a fim de que seja viabilizada a inscrição do impetrante no Programa Mais Médicos, aberta a partir da publicação do mencionado Edital, uma vez presente a plausibilidade do direito pleiteado, bem como o *periculum in mora*.

Passo a decidir.

Como é sabido, o art. 105, I, "b", da Constituição Federal restringe a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar mandado de segurança aos casos em que houver ato omissivo ou comissivo praticado por Ministro de Estado, por Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou pelo próprio Tribunal, que seja lesivo a direito líquido e certo do impetrante.

Outrossim, o art. 6º, § 3º, da Lei 12.016/2009 é categórico ao afirmar que "se considera autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática", sendo legítima para figurar no polo passivo da ação somente aquela que detenha competência própria para corrigir a sua ilegalidade.

Note-se que, nos termos da Súmula 510 do STF, mesmo no caso de eventual delegação de competência pelo Ministro do Estado, o mandado de segurança deve ser impetrado contra a autoridade que praticou o ato, *in verbis*: "Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial."

No caso, não obstante ter sido indicado o senhor Ministro de Estado da Saúde como autoridade coatora, não se verifica nenhum ato em concreto que lhe possa ser atribuído para justificar a competência desta Corte, motivo pelo qual deve ser reconhecida a sua ilegitimidade passiva.

Cumpra registrar, por oportuno, que a Portaria Interministerial 1.369, de 08/07/2013, que trata da implementação do Programa Mais Médicos no Brasil, determina, de forma expressa, que o processo seletivo para seleção dos médicos é da responsabilidade da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES/MS.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROGRAMA "MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL". ILEGITIMIDADE DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES/MS). PRECEDENTES DO STJ. MANDAMUS DENEGADO.

1. Cuida-se de Mandado de Segurança cujo pleito é que seja determinado, em caráter liminar, inaudita altera parte, à autoridade coatora que efetue a inscrição do impetrante no programa "Mais médicos para o Brasil" através do Edital 12/2017.

2. O presente mandamus foi proposto por médico cubano, com diploma revalidado no Brasil. Alega o impetrante que participou do Projeto até o dia 1º/8/2017, quando ocorreu o seu desligamento sem a possibilidade de renovação. Ainda, que ao tentar se inscrever para a chamada pública do 15º ciclo para adesão ao Projeto, no dia 28/11/2017, o impetrante não obteve acesso ao SGP sob justificativa de desligamento voluntário do Projeto.

3. Na espécie, o impetrante não comprova nenhum ato que, de forma concreta e específica, possa ser atribuído ou imputado ao Ministro de Estado da Saúde. Limitou-se a juntar aos autos a comunicação eletrônica do Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde - DEPREPS noticiando o seu desligamento do programa anterior.

4. No caso dos autos, infere-se da legislação de regência do projeto "Mais Médicos para o Brasil" que a gestão dos procedimentos necessários à adesão de médicos é responsabilidade da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), gerida pelo respectivo Secretário.

4. Mandado de Segurança denegado. (MS 23.919/DF, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/11/2018). – com grifos

Sobre o tema, cito, ainda, as seguintes decisões monocráticas:
MS 023.125/DF, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe 06/02/2017; MS
Documento: 107928682

Página 2 de 3

Superior Tribunal de Justiça

022.671/DF, Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe 21/06/2016; e MS 022.774/SP, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 10/08/2016.

Por outro lado, não se pode deixar de observar que o ato apontado como coator, juntado pela própria parte impetrante às e-STJ fls. 29/44, foi emanado da Secretária de Atenção Primária à Saúde.

Nessa quadra, mostra-se evidente a incompetência desta Corte Superior de Justiça para processar e julgar o presente *writ*.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE o pedido, nos termos do art. 212 do RISTJ, c/c o art. 10 da Lei 12.016/2009. Prejudicada a análise do pleito liminar.

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25 da Lei 12.016/2009.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator